

O Projeto Mazaganista: transposição de espaço, arquitetura e mão-de-obra indígena em Nova Mazagão.

Patrícia Moreira Nogueiraⁱ

Sergiana Vieira Santosⁱⁱ

Resumo: Nesse trabalho, intitulado “O projeto mazaganista: transposição de espaço, arquitetura e mão-de-obra indígena em Nova Mazagão” interessa pensar, como o título denota três aspectos fundamentais acerca da construção de Nova Mazagão: a mudança de localidade, a arquitetura e mão-de-obra empregadas no novo local. Primeiramente, e com grande respaldo da historiografia portuguesa sobre o período, refletiremos acerca da transposição da cidade original para a Amazônia, o longo percurso dos mazaganistas desde sua povoação em África até a chegada ao seu destino final no seio da Amazônia. Em seguida, interessa-nos refletir sobre o projeto arquitetônico da nova vila e os intentos de seus realizadores, sendo uma discussão possível, especialmente por meio de fontes cartográficas do local, que nos ajudam a entender a demarcação do território e a organização geométrica e empírica do espaço. Por fim, e a partir das reflexões realizadas sobre o projeto inicial, nos interessa ver como foi a prática desse projeto, com particular destaque para a ação dos indígenas nesse processo e sua atuação no sentido, até mesmo, de alteração do projeto original. Nessa altura do trabalho, foi de grande valia documentações como o *Diretório dos Índios* de 1757, a carta do governador e capitão do Pará, João Pereira Caldas, datada de 1773 e as relações de habitantes da vila também de 1773.

Palavras – chave: Mazagão; História; América Portuguesa.

The Mazaganist Project: Transposition of Space, Architecture and Indigenous Manpower in Nova Mazagão

Abstract: In this work, entitled "The Mazaganist Project: Transposition of Space, Architecture and Indigenous Manpower in Nova Mazagão", it is interesting to think, as the title denotes three fundamental aspects about the construction of Nova Mazagão: the change of locality, the architecture and workforce employed in the new location. First, and with great support of Portuguese historiography about the period, we will reflect on the transposition of the original city to the Amazon, the long journey of the Mazaganists from their settlement in Africa to the arrival at their final destination in the Amazon. Next, we are interested in reflecting on the architectural design of the new village and the attempts of its directors, being a possible discussion, especially through cartographic sources of the place, that help us to understand the demarcation of the territory and the geometric and empirical organization of space. Finally, and based on the reflections made on the initial project, we are interested in seeing how the project was practiced, with particular emphasis on indigenous action in this process and its action towards, even, alteration of the original project. At that time, documents such as the Directory of the Indians of 1757, the letter of the governor and captain of Pará, João Pereira Caldas, dated 1773, and the relations of inhabitants of the village were also of great value.

Keywords: Mazagão; Story; Portuguese America.

Introdução

A partir dos três aspectos centrais que perpassam a construção de Nova Mazagão, pretendemos entender que espaço era esse, o sítio arquitetado e o vivido. Por questão de recorte temático e temporal, não daremos ênfase na chegada dos novos mazaganistas, mas conhecemos a história *a posteriori*, sabemos dos problemas que levariam ao fim da vila, como originalmente pensada, em meados de 1783. Cabe aqui atentar, para as problemáticas de intenção e prática construtiva, aspectos que denotam duas dimensões da vivência em Nova Mazagão e que muito tem a contribuir para um entendimento da complexa identidade que posteriormente se cria nessa região.

1. Mazagão ainda em África

É possível dizer, até mesmo com base em autores clássicos como Vitorino Magalhães Godinho, que os motivos que levaram o reino de Portugal a investir na presença portuguesa no Norte de África (dentre elas a conquista de Mazagão em 1486) relacionam-se com a iniciativa do ministro João Afonso apoiado pelo rei D. João I. Tal investida acontece após a conquista de Ceuta em 1415, que abria caminhos e facilitava o intercâmbio comercial entre dois mundos: o mediterrânico-levantino e o atlântico-sudanês, contribuindo com especiarias, açúcar e ouro. Portugal fortalecia assim seu poder, criando cidadelas e fortes em locais bem situados considerados pontos estratégicos para a defesa e o comércio aumentando sua presença no Norte da África.

Mazagão foi conquistada pelos portugueses em 1514, e segundo J. M. Azevedo e Silva, “o sonho marroquino que, de D. João I a D. Manuel, os portugueses tentaram materializar, cedo se tornou num pesadelo político e financeiro” (Azevedo e Silva, 2007: p.11) pelas quantias de dinheiro enviadas para manter tais praças, pela quantidade de pessoas perdidas, mortas em frequentes batalhas e o perigo dos corsos que atacavam constantemente, além da iniciativa de propagação da fé cristã, uma das principais justificativas para a expansão marítima portuguesa que não lograra muito êxito.

Com a queda de Santa Cruz de cabo de Guer, em 12 de março de 1541, o monarca português desistiu de alimentar o sonho dessa aventura marítima, constituindo assim a retirada da presença portuguesa em Marrocos. Conservou sob seu domínio apenas Ceuta, e como ponto estratégico, Tânger e Mazagão.

Segundo Azevedo e Silva, até meados do século XVIII, Mazagão “viveu tempos de paz”, tendo como porta de entrada e saída o mar, Mazagão tornou-se um lugar próspero sendo “possível estabelecer relações e fazer comércio com os mouros” (*Ibid.*: p.13). No que diz respeito às provisões de mantimentos e de armas, as mesmas chegavam até essa praça pelo mar, ainda assim era necessária a lenha para cozer, e havia o risco de morte sempre que os moradores iam até o campo buscá-la.

Mazagão situava-se na parte sul da baía, bem próxima ao mar e era tida como invencível. Entretanto, em caso de ataque a cidade só poderia receber suporte vindo do mar, o que também lhe deixou vulnerável. A partir de 1750 os ataques à praça portuguesa de Mazagão intensificam-se. Antes mesmo desses ataques a regente D. Catarina em 1561 havia planejado uma evacuação que foi rechaçada pelos moradores, da fidalguia ao populacho em geral.

Em novembro de 1755, o terremoto que devastou Lisboa deixou um rastro de destruição em toda a cidade de Mazagão, vários moradores perderam suas casas e a confusão estava armada, tal foi o tamanho da destruição que os mouros aproveitaram-se do momento para atacar, e mais uma vez, segundo o relato de Simão Correia de Mesquita, foram derrotados.

Mazagão tem sido um nome sempre lembrado dentre as conquistas portuguesas no Norte da África, foi a ocupação que permaneceu mais tempo guardada e que melhor foi fortificada, explicando assim a resistência durante tantos anos às investidas violentas do sultão Sidi Mohamed bem Abdallah. Sofreu diversos ataques que vão de 1751 a 1763, estando dentro desse cronograma de ataques apenas três ou quatro anos de paz restabelecida, sendo o maior ataque àquele que ocorre em 1769.

A coroa portuguesa dividia-se em duas alternativas: enviar reforços para defender a Praça de Mazagão enfrentando os mouros em ataques cada vez mais intensos ou evacuar a população como anteriormente havia pensado a regente D. Catarina. Prevalece a segunda alternativa, e em 11 de março de 1769 a população de Mazagão é enviada para Lisboa.

A intenção da coroa em esvaziar uma cidade com cerca de 2.100 pessoas não se deu por ato de bondade, Portugal vivia um período em que era necessário enviar recursos humanos para o Brasil, vivenciavam uma política de povoamento e municipalização. A decisão de evacuação foi tomada à revelia da população, com isso, os moradores, ao perceberem que deixavam para trás sua vida e seus pertences revoltaram-se queimando casas, igrejas, animais e tudo aquilo que não puderam levar consigo, uma vez que foi permitido apenas entrarem nas embarcações com a roupa que levavam ao corpo. Rumaram para

Lisboa iniciando uma nova fase, não sendo essa a fase final, uma vez que outras estavam por vir.

2. De Lisboa para o Brasil

A “Rellação das Famílias que vierão [sic] da Praça de Mazagão em 11 de Março de 1769” é um documento que nos informa a respeito da quantidade de pessoas as funções que exerciam naquela Praça.

Segundo J. M. Azevedo e Silva, embarcaram 2.092 pessoas, sendo 1.497 maiores de 10 anos e 595 menores dessa idade (*Ibid*: pp. 18-19). Com base em informações de M.L.B. Lopes Sobral, para o transporte da população de Mazagão foram necessários 14 navios que partiram de Lisboa, uns da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e outros de Sua Majestade, outras duas embarcações, o navio Lamas e o iate N. Senhora do Bom Sucesso, que levavam socorros, não conseguiram aportar e regressaram rumo a Lisboa antes mesmo daquela população ser resgatada.

Ao aportar em Lisboa, a população permaneceu na capital do reino português de março a setembro de 1769, e toda a despesa, mantimentos, alojamentos, assistência aos doentes e cadeia para os transgressores, ficou sob a responsabilidade da Fazenda Real. E como aponta Azevedo e Silva, “naturalmente, durante cerca de meio ano em Lisboa, foram falecendo uns e nascendo outros” (*Ibid*: p.33).

Na carta enviada ao governador do Grão-Pará em 16 de Março de 1769, Francisco Xavier de Mendonça Furtado avisa a Ataíde Teive sobre o transporte das famílias para Lisboa. Justificava-se a ordem do rei falando das grandes despesas que a coroa tinha para manter aquela Praça e cita a pouco vitoriosa propagação do cristianismo, reforçando a dureza e “o ódio irreconciliável que aqueles bárbaros conservávão aos moradores da mesma praça” (*Ibid*: p.34), advertiam-no ainda a preparar-se para receber entre duas mil e duas mil e cem pessoas e o tranquilizavam no que se refere a questões de segurança, munições e ferramentas, e em assuntos econômicos, de dinheiro para os devidos pagamentos. A mesma carta indicava também que os habitantes transportados da Praça de Mazagão ficariam em Lisboa por apenas quinze dias, o que na

realidade aconteceu é que tal população só saiu da capital com o passar de cinco meses.

A escolha pela região do Amazonas deu-se por Mendonça Furtado, (irmão do Marques de Pombal e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos que durante sete anos foi governador do Grão-Pará e Maranhão) tão bem conhecer a região e indicar as proximidades do Rio Mutuacá para a fixação da nova cidade que estaria a ser levantada. A proximidade com o rio também facilitaria a criação de gado, de qualquer espécie, e a plantação. Mas apesar de um clima tão receptivo e com possibilidade grande de obter sucesso nessa nova jornada, o futuro não sorria para a população de Mazagão, como supunham o rei e todos os que se empenhavam nessa travessia.

Com base em informações obtidas por meio das listas das famílias que saíram da Praça de Mazagão, Azevedo e Silva aponta que apenas poucos “indivíduos” eximiram-se de embarcar, pois os que se destinaram a fixar-se na Amazónia recebiam incentivos, parte destes pagos pela “corte em Lisboa” e a outra parte sendo paga “pela Fazenda Real no Pará” (Ibid: pp.36-37). Assim é possível perceber uma forma encontrada pela coroa portuguesa de garantir que os mazaganistas chegassem ao local planejado. Com duração de cerca de quatro meses embarcaram 371 famílias, a partida de Belém em Lisboa teve como data de início o dia 15 de setembro de 1769, chegando a Belém, no Brasil, entre o dia 1º e 14 de janeiro de 1770.

Os mazaganistas que chegaram a Belém, no Brasil, lá permaneceram por alguns anos. Somente em 1769 é iniciada a transferência para Nova Mazagão, processo feito em levadas e concluído apenas em 1776 com uma nova tentativa de embarque.

Com a chegada em Belém, segue a sequência dos números que dizem respeito à quantidade de pessoas transferidas. De Mazagão para Lisboa, cerca de 2.000 pessoas; de Lisboa para Belém, no Brasil, cerca de 1.000 pessoas; e de Belém para a Nova Mazagão, com número de nascimentos e falecimentos, cerca de 1.076. Nota-se que esse é um número considerado decrescente uma vez que alguns conseguiram escapar ao embarque e outros obtiveram da Corte licença para permanecer em Belém ou ainda para abandonar a vila.

Para R. M. Araújo, em seu livro “As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão”, a fundação de Nova Mazagão insere-se num quadro inequívoco de “projecto de Estado” (Araújo, 1998: pp.265-294), sendo sua instalação submetida ao controle da Coroa, ou seja, ao controle da administração pombalina.

3. Arquitetura e mão-de-obra indígena em Nova Mazagão

Ainda em setembro de 1769, o governador Ataíde e Teive pediu ao engenheiro Domingos Sambucetti que verificasse as condições do terreno de instalação de Nova Mazagão, o que o engenheiro faz, dedicando-se ao conhecimento do espaço ocupado por povoação indígena e atentando para as questões geográficas do sítio. Diferentemente de outras localidades, a construção de Nova Mazagão era arquitetonicamente uma criação nova e original, não uma refundação a partir de missões existentes, uma vez que o projeto de Sambucetti¹ destrói com a organização da antiga povoação indígena.

Aproveitando-se da conformação natural do espaço, delimitado por cursos de água como o rio Mutuacá, a vila estava quase que fortificada em suas muralhas fluviais naturais, sem dúvida um discurso de projeto urbanístico do período que demonstrava a influência geopolítica dos portugueses na região. A construção ainda visava uma criteriosa demarcação geométrica, perceptível na planta datada de 1773.

¹ Engenheiro italiano e ajudante de infantaria que elaborou o projeto arquitetônico da Nova Mazagão na América Portuguesa encomendada pelo Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, posteriormente nomeado Marquês de Pombal.



Figura 1 - Planta de Nova Mazagão em 1773 (Azevedo e Silva, op.cit).

Segundo Laurent Vidal, o projeto apresentava quarteirões “de um quadrado perfeito (com 640 palmos de lado, ou seja: 140,8 metros) e estavam dispostos lado a lado numa impecável simetria” (Vidal, 2010: p. 122). No projeto pensava-se em lotes de 15,4 de largura por 61,6 de profundidade, cujas habitações eram de 4 ou 6 divisões, atendendo a determinados núcleos familiares muito bem contabilizados.

O projeto havia sido idealizado e a população estava em vias de chegar ao seu novo local de residência. Era preciso, portanto, uma rápida organização de mão-de-obra para iniciarem as construções no local. Nesse sentido, o capitão Inácio de Castro Moraes Sarmiento e o engenheiro Domingos Sanbucetti aproveitam-se dos potenciais trabalhadores disponíveis: os indígenas da região.

É interessante notar que mesmo com a conhecida utilização dessa mão-de-obra indígena na construção de Nova Mazagão, as cartas oficiais, como a “Carta do governador e capitão general do Pará, João Pereira Caldas, para o secretário de estado da marinha e domínios ultramarinos, Martinho de Melo e

Castro, sobre o estado de construção das casas de Vila Nova de Mazagão e sobre os operários que nelas trabalhavam” de 5 de Janeiro de 1773 ou mesmo o “Máppa de todos os Habitantes, Fógos, que existem na Freguezia de Nossa Senhora de Assunção da Villa de Mazagam” de 1º de Julho de 1773 não mencionam a participação da população indígena nesse processo (Documento retirado de: Azevedo e Silva, op. cit: p.380).

Ainda assim, é nesse período que se promulga o primeiro “Diretório dos índios” (1757) documento (que coloca o índio, naturalmente, em uma segunda categoria em relação aos homens brancos, porém acima dos negros) no qual a coroa parece reconhecer a mão-de-obra como uma grande riqueza da região, apontando os benefícios para os índios, que perceberão “evidentemente o quanto lhes será útil o trabalho, e prejudicial a ociosidade” (“Diretório dos índios”, 1757: art. 19).

O texto interessa ainda para pensar as diversas formas de utilização do trabalho indígena, segundo Laurent Vidal, pelo trabalho em Mazagão “os índios recebiam 400 réis mensais por serviços de serventia; os pilotos das canoas, 600; e os artífices especializados, 100 réis ao dia” (Vidal, 2010: p. 126), porém, em uma região tão pouco monetarizada, muitas vezes os pagamentos se davam produtos considerados essenciais aos índios, como a aguardente.

Esse pagamento é-nos relevante uma vez que o “Diretório” se volta especificamente para a questão da *ebriedade* dos índios, que deveria ser combatida, “concorrendo tanto para a incivilidade dos Índios vícios” e os reduzindo “ao último abatimento” (“Diretório dos índios”, 1757: art. 13). O pagamento em Mazagão, portanto, pode ser considerado sumariamente contrário aos ditames da Coroa.

Segundo os dados levantados por Laurent Vidal, havia cerca de 100 *índios trabalhadores* na construção de Nova Mazagão, sendo que em maio de 1770, os *índios trabalhadores* somavam 103, em agosto de 1772, eram eles 135, em dezembro de 1772 havia 122 e em fevereiro de 1774 o número de indígenas trabalhando nessa construção decresce consideravelmente, chegando a apenas 88 trabalhadores. Tais números possivelmente refletem as recomendações do “Diretório dos Índios” que “fixavam em 150 o limite máximo de índios por vila”

(Vidal, 2010: p. 126) e ainda a problemática de defesa da vila se muitos indígenas organizados residissem nessas terras, em contraposição ao baixo número de militares disponíveis para a defesa da ocupação portuguesa.

Pouco se sabe sobre os índios que realizaram tal construção, não é possível, por exemplo, contabilizá-los por etnias e grupos linguísticos, ainda que saibamos das recomendações de Mendonça Furtado para que se evitasse um grande acúmulo de índios da mesma etnia em cada vila por questão de segurança em relação a possíveis levantes, o que denota que esses *índios trabalhadores* eram provavelmente de etnias bem distintas. Mesmo que o medo de uma sublevação índia fosse constante, os trabalhadores indígenas não se encontravam em grandes condições para tais feitos, pois estavam subnutridos e, segundo Moraes Sarmiento, sofrendo de paludismo, ou seja, a maioria deles estava, na verdade, doente.

Apesar da condição física dos trabalhadores, as obras continuaram a fim de melhor receber os mazaganistas que logo chegariam as suas novas habitações. Nesse momento, aproveitou-se muito do conhecimento de índios em relação às madeiras da região e outros materiais constituintes, sendo o projeto de Sambucetti adaptado as reais condições construtivas da Amazônia, por meio de técnicas de construção de telhados com folhas de palmeiras ou da fixação de vigas e madeiramento não com pregos, mas atadas com fibras vegetais. Segundo Laurent Vidal, a despeito os esquemas, projetos e planejamentos vindos de Lisboa,

Nova Mazagão renascia, principalmente como uma *cidade índia*: os construtores eram índios, as técnicas de construção eram índias e os primeiros ocupantes do local eram, na sua maioria, índios. Era, pois, essa *cidade índia* que se preparava para acolher os primeiros mazaganistas (*Ibid*: p. 132).

4. Considerações finais

Ao analisar o percurso da saída de Mazagão em África até a chegada à Nova Mazagão da Amazônia, fica claro que os habitantes passaram por um longo percurso que alterou irreversivelmente a comunidade original. A transferência de Mazagão de África para Belém no Brasil deu-se de maneira

lenta e difícil: lenta porque a distância que os separava geograficamente da *terra prometida* os fez passar longos meses em alto mar e difícil devido às grandes intempéries que lhes surgiram desde sua saída de África.

Belém do Pará surge para os mazaganistas e se assemelha, de forma estrutural e no acolhimento, a Belém portuguesa. A avaliação que se faz desse momento ímpar na história da colonização portuguesa dá-se pela repetição dos fatos presentes em cada lugar de transição e pela perda de população, sendo que muitos sequer chegaram à Nova Mazagão.

Por meio da análise do projeto arquitetônico e da construção final, torna-se claro que essa alteração pela qual passou os mazaganistas muito se relaciona com a presença indígena na região. Ainda que haja uma problemática ausência dos *índios trabalhadores* em diversas fontes (como as relações de famílias que desde 1769 apontam os habitantes que ali chegaram, incluindo escravos, porém sem mencionar os indígenas que lá viviam), sua presença é emblemática e sua influência construtiva e cultural na região é permanente, bem como a participação da mão-de-obra negra, essa sim documentada no livro das relações de famílias de 1769 (Azevedo e Silva, 2007: p. 103).

Apesar dos rumos incertos de Nova Mazagão ao longo do tempo, sua diversidade cultural é marcante e talvez parte desse processo tenha raízes nesse intercâmbio de vivências de grupos tão diferentes desde a concepção e construção da vila. Desse modo, podemos concordar com Laurent Vidal, quando o autor afirma o aspecto ímpar dessa fundação urbana que “deu origem à coexistência de tantos grupos culturais”, uma cidadã na qual “cruzavam-se diariamente portugueses da metrópole, dos Açores e de Marrocos, escravos de África, índios da Amazônia, mouros e *mazombos* (os portugueses nascidos no Brasil)” (Vidal, 2010: p.188).

Com tantas dificuldades, diversas e seguidas mudanças, doenças que assolaram os retirantes, conflitos e pobreza, vê-se essa empreitada sem par – a transferência de uma povoação inteira – como uma grande utopia pombalina, que acabará por tornar-se uma inédita ocorrência cultural.

5. Bibliografia

Amaral, A. F. do. *Mazagão: A epopéia portuguesa em Marrocos*, Lisboa, Fundação Oriente e Comissão Portuguesa de História Militar, 2007.

Araújo, R. M. de. *As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*, Porto, Faup, 1998.

Boyer, V. "Passado português, presente negro e indizibilidade ameríndia: o caso de Mazagão Velho, Amapá", in *Religião & Sociedade*, vol. 28, nº 2, Rio de Janeiro, 2008, pp. 11-29, Disponível *online* em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872008000200002&lang=pt [20 de Abril de 2013]

Ferreira, E. R. "Estado e administração colonial: a vila de Mazagão", in Marin, R. A. (org.). *A escrita da história paraense*, Belém, Naea/Ufpa, 1998.

Silva, J. M. A. e. *Mazagão: uma cidade Luso-Marroquina deportada para a Amazônia. Estudo e publicação de fontes*, Viseu, Palimage Editores; Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2007.

Silva, J. M. A. e. "Mazagão. De Marrocos para a Amazônia". in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Coimbra, Magno, 1,2001, pp. 81-109.

Vidal, L. *Mazagão: a cidade que atravessou o Atlântico. De Marrocos para Amazônia: 1769-1783*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010.

Fontes consultadas

Carta do governador e capitão general do Pará, João Pereira Caldas, para o secretário de estado da marinha e domínios ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, sobre o estado de construção das casas de Vila Nova de Mazagão e sobre os operários que nelas trabalhavam. Arquivo Histórico Ultramarino (A.H.U.), Pará, 5 de Janeiro de 1773.

Diretório dos índios, 1757 (elaborado em 1755). Disponível *online* em: http://www.nacaomestica.org/diretorio_dos_indios.htm [10 de Maio de 2013].

Máppa de todos os Habitantes, Fógos, que existem na Freguezia de Nossa Senhora de Assunção da Villa de Mazagam, ao 1º de Julho de 1773.

Planta de Vila Nova de Mazagão, cerca de 1820 (383x494 mm). A.H.U., Cartografia manuscrita, nº 822.

Relação das Famílias que vierão da Praça de Mazagão em 11 de Março de 1769. A.H.U, códice 1784.

ⁱ Graduada em História pela Universidade Federal de São Paulo.

ⁱⁱ Mestra em Antropologia Social - Universidade Federal de Alagoas.